



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2014

MP requer concurso público para cargos em escolas de SE

Ação Civil Pública ajuizada prevê criação de mais de mil vagas

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

A Promotoria dos Direitos à Educação de Aracaju ajuizou uma ação civil pública (ACP) para que o Estado de Sergipe realize concurso público para servidores administrativos das Escolas Públicas Estaduais. O MP requer a concessão da liminar para que o Estado seja obrigado a realizar procedimento licitatório para escolher uma instituição que será responsável pela execução do concurso público para provimento dos cargos de oficial administrativo, vigilante, executor de serviços básicos e merendeira.

Na ACP, o promotor de Justiça Luís Fausto Dias de Valois Santos relata que recebeu diversas reclamações sobre a falta de preparadores de lanche, sobre a deficiência da limpeza nas escolas e, ainda, sobre o constante acesso de pessoas estranhas e não autorizadas devido à falta de vigilantes. Além disso, após a realização de diversas diligências a Promotoria dos Direitos à Educação constatou que, efetivamente, havia inúmeros cargos vagos que poderiam ser preenchidos a fim de atender a demanda.

O MP requer que o Poder Judiciário sergipano determine a realização de concurso público para preenche no

mínimo 406 vagas de executores de serviços básicos, 836 vagas de vigilantes, 185 vagas de oficiais administrativos e 458 de merendeiras, já que a permanência da atual situação poderá gerar lesões graves e de difícil reparação à comunidade escolar. Caso a liminar seja deferida e não cumprida, o MP pediu multa diária no valor de R\$ 2 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundecria).

O presidente do Sindicato dos Funcionários de Escola do Estado de Sergipe (Sintreducase), Johan Bezerra, disse que a entidade é completamente a favor da ação proposta pelo Ministério Público. Segundo

ele, Sergipe é um dos poucos Estados que descumprem várias leis federais. "Hoje o Estado tem contratado profissionais por meio do processo seletivo simplificado, mas várias leis obrigam que o profissional que irá trabalhar na rede de ensino deve ser concursado e tenha curso específico na área em que irá atuar. Além disso, o trabalhador ter um plano de carreira específico, o que não vem ocorrendo", disse Johan.

A Assessoria de Comunicação da Secretaria Estadual de Educação (Seed) informou que até o momento a secretaria não foi informada sobre essa ação e que só irá se manifestar quando tiver oficialmente conhecimento.